

Por um Rendimento Básico Incondicional de Emergência

Considerando que:

Os efeitos da crise pandémica na economia mundial já se fazem sentir. Nos países mais afetados pelo novo coronavírus, milhões de pessoas perderam os seus empregos.

Em Portugal, no mês de Abril, registou-se um aumento de 22,1% de pessoas desempregadas em comparação com o mesmo período do ano passado e um aumento de 14,1% face ao mês de Março deste ano o que representa 48500 novos desempregados elevando o total de pessoas que se inscreveram em centros de emprego desde o início da pandemia para cerca de 77000 pessoas.

A região de Lisboa e Vale do Tejo foi a segunda onde o desemprego mais subiu em termos homólogos tendo-se registado um aumento de 28,7% de pessoas desempregadas face a Abril de 2019.

O Governo tem lançado várias medidas na tentativa de apoiar aqueles que ficaram sem o seu emprego ou que viram os seus rendimentos reduzidos substancialmente. No entanto, os critérios utilizados pelo Governo deixam sistematicamente de fora grupos importantes da população, frequentemente os mais desprotegidos, como por exemplo os desempregados de longa duração, trabalhadores informais e até, numa fase inicial, uma parte considerável dos trabalhadores independentes. Os frequentes atrasos na atribuição dos apoios deixam também muitas pessoas desprotegidas e sem capacidade para fazer face às suas despesas mais básicas.

Para que ninguém fique para trás no combate a esta pandemia, consideramos urgente instar o Governo Português a propor junto das instituições europeias um Rendimento Básico Incondicional de Emergência à escala europeia.

Um RBI de Emergência terá o condão de não excluir ninguém, precisamente pela sua natureza incondicional. Da mesma maneira, ao ser um apoio atribuído a todas as pessoas, os custos burocráticos, tanto financeiros como de tempo, são drasticamente inferiores quando comparados com os de outras medidas de apoio. A suposta regressividade de um RBI de Emergência será sempre compensada pela via fiscal, sendo que este não deve ser visto como uma panaceia e deve ser enquadrado juntamente com outras medidas.

Por fim, uma medida desta natureza aplicada por um período de tempo fixo e de poucos meses, estará perfeitamente enquadrada em termos de custos na

ordem de grandeza de outras medidas já anunciadas e avançadas por vários Estados europeus e até por instituições europeias, nomeadamente o BCE.

Um Rendimento Básico Incondicional de Emergência permitirá que os cidadãos e cidadãs que dele precisassem tivessem rendimento para aguentar os primeiros meses de retoma da actividade económica enquanto esta não cria condições para que possam recuperar o seu nível de rendimento pré-pandemia. Ao mesmo tempo serviria para reduzir o impacto na procura impedindo a falência de muitos pequenos negócios, ao assegurar-se que estes continuavam a ter clientes com possibilidades de consumir. Os que não perderam rendimentos em volume substancial acabariam por devolver este apoio (que receberiam na mesma, por ele ser incondicional) numa fase posterior, através dos impostos cobrados sobre o seu rendimento, sendo que, no curto prazo, o rendimento extra poderia também servir para que contribuíssem para manter o nível da procura de determinados sectores da economia em valores estáveis.

Em suma, um RBI de Emergência seria a melhor forma de salvaguardar os rendimentos de pequenos negócios, de trabalhadores independentes e precários e de outros sectores da sociedade mais expostos a crises económicas. Seria um apoio atribuído com celeridade devido ao reduzido nível de burocracia de que carece, numa altura em que é urgente fazer chegar apoios às pessoas de que mais precisam, e, finalmente, seria o apoio que garantiria que absolutamente ninguém fica para trás no combate a esta pandemia e à crise económica por ela gerada.

Assim, os Deputados Municipais signatários propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 26 de maio de 2020, delibere:

1. Instar o Governo a estudar a possibilidade de implementação de um Rendimento Básico Incondicional de Emergência
2. Instar o Governo a defender a criação de um Rendimento Básico Incondicional de Emergência junto das instituições europeias

Municipal

O Deputado Municipal

A Deputada

